

SUJEITOS SERTANEJOS NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVII E XVIII)

INDIVIDUALS *SERTANEJOS* IN COLONIAL AMAZON (17th AND 18th CENTURIES)

André José Santos POMPEU*
Wania Alexandrino VIANA**

Resumo: Na Amazônia do século XVII e XVIII, a ideia de *sertão* configura-se como um ambiente complexo, multifacetado e intrínseco à ocupação e expansão portuguesa na região. Neste texto, busca-se compreender o *sertão* amazônico colonial para além da ideia de lugar em si e, junto a isso, colocar em evidência as práticas e interações dos indivíduos que andavam por esses espaços. Trata-se de, a partir dos aspectos militares e econômicos, caracterizar o *sertão* como um modo de vida engendrado por sujeitos no seu interior, chamados pelos documentos de “sertanejos”.

Palavras-chave: sertão, sertanejos, Amazônia colonial.

Abstract: In the Seventeenth and Eighteenth centuries in Amazon, the idea of the backcountry is configured as a complex, multifaceted and intrinsic environment of Portuguese occupation and expansion in the region. In this text, we seek to understand the colonial Amazonian *sertão*, beyond the idea of the place itself, and highlight the practices and interactions of individuals who walked through these spaces. From the military and economic aspects, the backcountry is characterized as a way of life engendered by subjects in its interior, called by the documents of *sertanejos*.

Keywords: backcountry, sertanejos, Colonial Amazon.

Introdução

Durante o período colonial, o sertão amazônico se apresentou como um ambiente complexo e nuançado. Não é tarefa fácil entender a sua complexidade, mas é uma missão necessária para compreender o processo de ocupação da Amazônia portuguesa. Inicialmente, precisamos saber que o sertão amazônico continha uma multiplicidade de facetas que podem ser identificadas, as quais estavam interligadas e em constante contato. Segundo John Russel Wood (2014), o sertão no mundo português era sempre o espaço desconhecido à frente da empresa colonizadora, um espaço que ainda precisava ser domado para entrar em definitivo como um território conquistado, transferindo, desse modo, o sertão para um espaço sempre à frente.

* Doutorando – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém - Pará. Bolsistas CAPES. E-mail: andre.pompeu@yahoo.com.br.

** Doutora em História. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA. E-mail: waniaalexandrino@yahoo.com.br.

Além disso, como sugere Laura de Mello e Souza (1997, pp. 42-80), é no espaço do sertão que a maior parcela da história colonial brasileira se desenvolveu, longe dos centros urbanos no litoral e com uma presença menor do poder europeu. A ideia de Souza (1997) coaduna muito bem com o relato compilado por Arenz e Matos (2014, p. 365), de Miguel da Rosa Pimentel, que foi Ouvidor-geral do Estado do Maranhão entre os anos de 1687 e 1692. O Ouvidor relata que tanto os índios quanto os mamelucos que viajavam ao sertão em busca das *drogas*, a partir do momento que passavam da Fortaleza de Gurupá, se sentiam como verdadeiros “reis no sertão”, onde o Estado português não podia alcançar os seus feitos.

Dessa forma, como podemos entender o sertão? Rafael Chambouleyron (2013) nos ajuda a dar sentido a essa ideia que, segundo o autor, precisa ser entendida pelo seu caráter multifacetado, não relacionado apenas ao estilo de vida delimitado por uma região geográfica – como é o caso do sentido do sertão, atualmente, ao falar do semiárido nordestino – mas como um conjunto de práticas políticas e econômicas desenvolvidas por sujeitos no seu interior. Esses sujeitos que são chamados pelos documentos coevos de “sertanejos”, exprimem as múltiplas ideias desse sertão. Esses sertanejos, homens práticos e habituados a lide do sertão, dos seus caminhos e de suas possibilidades, dão a tônica das formas como podemos entender o sertão.

Neste texto, decidimos por privilegiar dois aspectos referentes ao sertão amazônico, a saber, os aspectos militar e econômico, levando em conta que ambos estavam, intrinsecamente, conectados – assim como, todas as facetas do sertão. A militarização dos espaços do sertão está estreitamente relacionada à importância que este adquire para o comércio, *grosso modo*, à importância que as drogas passaram a ocupar a partir da primeira metade do século XVIII.

Todavia, é necessário destacar que dada a complexidade geográfica da região, as políticas mais incisivas de exploração e militarização enfrentaram grandes dificuldades para serem implementadas. A construção de fortalezas, por exemplo, dependia de um precário sistema de financiamento, a manutenção de militares no local era inexpressiva e as tropas eram mal providas de gente e armamentos. Junto a isso, é essencial mencionar a logística das viagens que demandavam, complexa e significativa, providência de gente e material para jornadas de longos dias.

Além disso, ao tratarmos de uma região de fronteira do império português, como é o caso da Amazônia – que no século XVIII tinha a maior parte do seu território desconhecido, envolto na ideia de sertão e que detinha a grande maioria da sua população composta por povos indígenas, que durante o período colonial mantiveram a sua própria política de alianças com os europeus, buscado as maiores vantagens em seu aliar com portugueses, espanhóis, holandeses ou franceses – precisamos ter em mente que, diferente de outras regiões do império português,

a Amazônia lusitana não se apoiou nos grandes empreendimentos monocultores. A sua atividade econômica era múltipla, com elementos agrícolas e, principalmente, com atividade extrativista na floresta, o que faz o modelo explicativo a respeito da Amazônia ser diferente das demais realidades do império português, como está no centro do argumento de Chambouleyron (2010).

Essa singularidade redefiniu o lugar do sertão nas estratégias coloniais de ocupação, defesa e exploração na Amazônia. Os lugares do sertão aproximam-se dos centros administrativos – Belém e São Luís – pelas “utilidades” que têm para a dinâmica e efetividade das práticas coloniais, sobretudo, pelos produtos comercializáveis da floresta e mão de obra. São, portanto, espaços em conexão que não podem ser tratados separadamente, entrelaçados pelas dinâmicas sociais construídas ao longo dos diversos rios que se conectam.

Desta feita, o sertão amazônico se encontra na encruzilhada entre áreas de influência de diversas nações europeias, como portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, entre um número de povos indígenas com dinâmicas e interesses próprios e, finalmente, se tratando de uma região em que o extrativismo é o principal fator produtivo do Estado. Isto é, as suas principais riquezas se encontravam no sertão, o que aumentava a necessidade de proteger esse espaço e de dinamizar a sua produção. Desse modo, o sertão não é apenas um lugar em si, mas a interação e/ou modo de vida que ele engendra naqueles ‘sertanejos’ é o que dá sentido ao conceito.

A defesa do sertão

Na lógica colonial, a defesa integra-se à necessidade de manter regiões de interesse econômico para a metrópole. Faz parte de um processo de centralização das políticas defensivas nas mãos do Estado português que, de acordo com Rui Bebiano (2000, pp. 41-43), passou a ser “parte integrante da organização do Estado”, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVII. Assim, o Estado poderia gerir as forças militares disponíveis e canalizá-las para defesas de áreas coloniais importantes com potencial econômico.

Na Amazônia colonial, como já se destacou, esse potencial econômico estava, sobretudo, nos sertões. Um ambiente compreendido aqui como um espaço múltiplo e de representações diversas. Como lembram Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira e Monique Bonifácio (2010, pp. 14-15), poderia significar o “interior do território amazônico”, “um espaço de incessante e intensa escravização”, “lugar de conversão de almas dos gentios”, “local distante da comunidade portuguesa” que para o caso da Amazônia não necessariamente é o litoral. Pode-se ainda atribuir ao sertão sentido de teatro das inúmeras guerras ocorridas ao

longo da colonização, caracterizando táticas que resultam das dinâmicas entre brancos e indígenas na floresta. Todavia, aqui nos interessa compreender o sertão que se apresentava ao avançar das canoas pelos rios, aos contatos estabelecidos com as nações indígenas e pelas potencialidades existentes e auferidas pelas gentes que andavam por esses espaços.

Por essa razão, os sertões amazônicos não podem ser tratados de forma homogênea. Ao contrário, a expansão colonial, o significado econômico e a estrutura de defesa constituída desnudam as suas peculiaridades e descontinuidades ao longo do período colonial. Convém lembrar a expansão colonial lusa na Amazônia da parte “oriental” – fronteira demarcada, como explica André Pompeu (2016) – principalmente pelas cidades de Belém e São Luís. Essa conquista foi empurrada pela presença de ingleses, holandeses e franceses na região no século XVII, interessados em manter comércio com a população nativa e explorar os produtos da região.

Em 1648, padre Antônio Vieira já chamava atenção para as drogas do sertão, afirmando lhe parecer esses produtos promissores para o comércio, advertindo que eles estavam “cheirando aos estrangeiros” (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, MSLIV/0030, pp. 38v-39). De fato, como acredita Arthur Cezar Ferreira Reis (1982, p. 31), ingleses e holandeses protagonizaram as primeiras inclinações comerciais para a região. Os primeiros exploraram o estuário desde o Araguari até o Cabo do Norte, onde desenvolveram extensa plantação e comércio de tabaco; os segundos pela costa do Oiapoque e o rio Essequibo, entre 1612 e 1614 subiram até o rio Xingu, por onde mantinham comércio de exportação de tabaco e urucu.

De acordo com Lodewijk Hulsman (2011), o trânsito de mercadorias permitiu que o “Amapá indígena no início do século XVII fosse capaz de desenvolver um comércio intercontinental” (HULSMAN, 2011, p. 196). Segundo documentos (*Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, Tomo IV, 1905, p. 242), a envergadura desse comércio pode ser observada na presença de pontos fortificados. Os holandeses mantinham os fortes Orange e Nassau na margem do rio Xingu desde 1623. Para a região das Guianas, os ingleses também estabeleceram pelo menos dois fortes, o chamado Pattecue de 1630 e o forte Cumaú.

A presença estrangeira na costa das Guianas, Rio Xingu e Gurupá conectava rotas de comércio de algodão, tabaco, urucu e outras drogas estabelecidas entre os ingleses e holandeses e os povos indígenas, por exemplo os Tucujús, Nhengaíbas e Aroans, como afirma Reis (1984). Esses movimentos pelos sertões amazônicos no século XVII, nos ajudam a entender as direções do avanço luso-castelhana na região. A condição política da União Ibérica (1580-1640), conforme ressalta Pablo Ibáñez Bonillo (2015), possibilitou uma frente mais coesa nas estratégias defensivas da fronteira. A criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621 e a

sua divisão administrativa do Estado do Brasil foram significativas para os planos autônomos de ocupação e defesa da região.

É a partir dessa condição que se verificam episódios importantes para a expansão do domínio luso na região, como a expulsão dos franceses de São Luís (1615) e a fundação de Belém (1616), de onde se delineou ações mais sistemáticas de ocupação, exploração do sertão e defesa do território. De acordo com Reis (1982, p. 31), destes locais saíram as tropas direcionadas ao desmantelamento dos principais locais, onde assentavam-se as redes comerciais estabelecidas pelos ingleses, holandeses e franceses na região. Exemplar, em 1623, na expansão para Gurupá, a tropa de Luís Aranha de Vasconcelos, Bento Maciel Parente, Francisco de Medina, Pedro Teixeira, Aires Chicharro além de 1.000 índios flecheiros, desarticularam estabelecimentos ingleses e holandeses ao longo do Amazonas, destruindo o forte de Tucujus e Mariocay.

Nesse mesmo ano, segundo Reis (1982), Bento Maciel Parente ergueu no lugar de Mariocay o forte do Gurupá, que se manteve durante toda a primeira metade do século XVIII, recebendo especial atenção pela localização estratégica denominada de “entrada dos sertões”. Em 1625, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jeronimo de Albuquerque desarticularam as redes de comércio holandês e as fortificações de Orange e Nassau, no Xingu. Em 1631, Jacome Noronha e Pedro Favela apoderaram-se do forte inglês no litoral de Macapá, enquanto Feliciano Coelho destruía o forte Cumauú, local onde mais tarde Portugal estabeleceu o presídio de Macapá. Em 1639, Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas na mesma região.

Com essas operações a presença luso-castelhana avançou em direção ao Xingu, Gurupá e Guianas, seguindo o desenho delineado pela presença dos negócios estabelecidos por outras nações europeias na região. Todavia, com o fim da União Ibérica, os problemas de fronteira e a Guerra da Restauração (1640-1668), de acordo com Dores Costa (2004), exigiu da administração bragantina ações políticas estruturantes do organismo militar no reino e nas conquistas. O estado deveria prover de gente as recém criadas companhias regulares (1640) e estabelecer uma estrutura institucional para dar conta dos assuntos de guerra e defesa, para o que foi criado o Conselho de Guerra (1641).

A defesa passou a ser uma estrutura orgânica importante para a grandeza econômica e territorial do império português, o que para a Amazônia significava controlar os seus *sertões*, como preferia Eidorfe Moreira (1959). Uma tarefa nada fácil. Artur de Sá e Meneses, em 1689, chegou a afirmar (*Arquivo Histórico Ultramarino*, Avulsos do Pará, Cx. 3, doc. 275), ser uma tarefa impossível. Nas suas palavras, os moradores “destas cidades e vilas” “habitam nas suas

fazendas” que uma das outras “não é tão pouca a distância que não sejam de quatro ou cinco léguas”. Situação que impedia que o governador os obrigasse nas ordenanças, pois, assim, “não poderão fazer as suas lavouras e padecerão grande detrimento, principalmente no Pará donde a navegação é pelos rios e não tem nenhuma comunicação por terra”.

Com população pulverizada por uma região extensa entrecortada de rios, a defesa dos sertões exigia para além de armas, um grande aparelhamento de gente, canoas, mantimentos e conhecimento sobre o local. Do ponto de vista humano, uma tarefa nada fácil de resolver e até mesmo impraticável com as forças legais disponíveis. Segundo Viana (2019, p. 79), em um largo período que compreende 1623 a 1747, os dados presentes em listas e mapas sobre o estado defensivo da capitania do Pará mostravam uma situação precária, o maior número alcançado de militares é de 322, verificados no Pará nos anos de 1710 e de 1720. Como destacava Cristóvão da Costa Freire (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, doc. 451), em 1710, era insuficiente para realizar diligências de guarda costa, sertão e guarnição de fortalezas.

Nessa mesma direção seguem as queixas de João da Maia da Gama. Em 1726 (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, doc. 852), este governador declarava a falta de armamentos, soldados, engenheiros e munições militares no Estado, que ficava impossibilitado de realizar avanço de novos vetores de ocupação e colonização, ele explica, então, como fazer frente à guerra do Rio Negro contra os Manao. De acordo com Viana (2019, pp. 84-87), as queixas sobre a falta de gente para as muitas diligências militares continuaram nos anos seguintes, notadamente em 1742, 1744, 1746, 1747.

Esse quadro agravava-se na primeira metade do século XVIII, período em que se verifica ausência do registro sistematizado das companhias regulares em mapas e listas no Estado do Maranhão. Em consulta de 1705 (*AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 10, doc.1081), por exemplo, o Conselho Ultramarino dava conta ao rei sobre carta de Henrique Lopes da Gama destacando as dificuldades que tivera em formar companhia auxiliar na capitania do Maranhão e Pará, devido haver poucos moradores e estes serem lavradores, sem poder dedicar-se ao serviço militar por conta de suas lavouras. Para essa parte da conquista, essa força defensiva se instituiu de forma sistemática somente com a carta régia de 19 de abril de 1766 passada ao governador do Estado do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, que se instituiu o alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos” (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, doc. 5270). Dessa listagem deveriam formar os terços de Auxiliares e Ordenanças das companhias de cavalaria e infantaria para defesa do Estado.

Nessas circunstâncias, o *sertão* parecia indefensável, ao passo que a sua conquista se mostrava urgente pela necessidade do controle das rotas de comércio das promissoras drogas e novas possibilidades econômicas da região. Na década de 1720, verifica-se novos esforços de expansão da fronteira colonial em várias direções, uma tarefa impraticável se não fosse o auxílio da população nativa. Em 1727, o militar Francisco de [Potflis] explicava que para o descobrimento das minas de ouro do Tocantins era necessário o apoio de 100 índios, o que apontava a nação Tupinambá e os índios da aldeia de Maracanã como importantes para a empreitada. Além dessas nações, a empreitada contou com o apoio do principal José Aranha da nação Aroaquini Nhungatê da aldeia dos Tocantins. Sem esse auxílio, resumia o militar “senão poderá conseguir como a experiência tem mostrado” (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 10, doc. 886).

Em 1728, a expansão para os sertões do Rio Negro, conforme relatava Alexandre de Souza Freire (*AHU*, Avulsos Pará, Cx. 11, doc. 974), a ofensiva contra os índios Mayapena e Manao contava com 60 soldados pagos e 600 índios de guerra. Um ano mais tarde, em 1729, para conquista do Xingu, o cabo Amaro Pinto Vieira, pedia auxílio de 60 índios das aldeias dos padres da Companhia de Jesus (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx.11, doc. 1033).

Em 1733, o sargento Belquior Mendes de Moraes relatava impossibilidade de continuar diligência no sertão pela fuga dos índios que o acompanhavam. Nas suas palavras encontrava-se em “um extremo desamparo que nunca experimentou o suplicante” em mais de vinte anos que “tem de curso por estes sertões no serviço de S.M.” (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, doc. 1413).

A conquista e a defesa dos sertões amazônicos constituíam-se a partir da imprescindível interação entre militares e índios. O conhecimento das nações indígenas sobre os caminhos dos rios e florestas qualificaram a ação das tropas nas operações de guerra, fronteira e sertão. E por esses caminhos buscava-se controlar os espaços de domínio colonial português e frear os interesses estrangeiros. Uma faceta desse processo é a militarização. O engenheiro do Pará Carlos Varjam Rolim (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, doc. 1034), em 1729, por exemplo, sugeria uma guarnição permanente de soldados e índios na região de Macapá, o que julgava ser ponto central para bloquear o contínuo comércio que os franceses tinham com os índios daquela região.

Segundo Chambouleyron; Siqueira; Bonifácio (2010, p. 17), a fortaleza de Gurupá desempenhou papel semelhante a partir de 1688 e ao longo de toda a primeira metade do século XVIII, controlando as rotas das canoas. Ponto estratégico no controle da entrada do sertão, nos anos 1730, 1737, 1739, 1741 e 1742, foi o local que recebeu maior número de soldados, respectivamente 16, 18, 19, 17 e 18. Esses números parecem significativos se compararmos

com a Fortaleza da Barra de Belém, por exemplo, que em 1730 possuía não mais que 5 soldados para sua guarnição, a Fortaleza das Mercês apenas 3 e, em 1731, possuía apenas 1 soldado. Esses dados, atestam que o sertão tem centralidade nas políticas defensivas do Estado (AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20, doc. 1873; Cx. 24, doc. 2262; Cx.25, doc. 2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, doc. 2605).

A chave interpretativa está, portanto, na simbiose entre o potencial econômico e a presença militar. Por essa lógica, convém identificar além das múltiplas facetas do sertão amazônico, as motivações que levaram para esse ambiente um incontável número de tropas e gentes. A primeira metade do século XVIII foi um período marcado por um processo de adequação da organização militar na capitania do Pará. Viana (2019, pp. 195-196) apresenta que a Coroa portuguesa articulava as possibilidades de defesa na capitania e contava com um aparato que apresentava bastantes dificuldades, seja pela precariedade das instalações permanentes – fortalezas, casas fortes, fortins –, seja pela inoperância e insuficiência das tropas oficiais.

Embora com dificuldades, é possível verificar pela tessitura de fortificações lusa até 1750, que o interesse pela região aumentava. Por Viana (2019) sabemos que a extensa documentação de registros no Pará apontam pelo menos 15 espaços militarizados mantidos pela Coroa portuguesa entre os quais estão a Fortaleza da Barra, Fortaleza de Macapá, Fortaleza do Paru, Fortaleza do Rio Negro, Fortaleza dos Pauxis, Fortaleza de Gurupá, Fortaleza dos Tapajós, Fortaleza das Mercês, Casa Forte do Guamá, Presídio de Joanes, Presídio das Salinas.

Somado a esses espaços, ainda, no Maranhão havia pelo menos 10, além de São Luís, verifica-se também Iguará, Mearim e Itapecuru, dentre outros. Esses espaços precariamente guarnecidos, costuravam o sertão a partir das tropas que penetravam os rios em busca das drogas e/ou mão de obra. Fortificações, aldeias, vilas pontuavam os caminhos dos sertões facilitando o sistema de exploração das riquezas e ocupação da região para este lado da fronteira.

Desse modo, o sertão amazônico pode ser enquadrado na ideia de “fronteira granular”, proposta por Daniel Nordman (1998, pp. 40-42). Segundo a ideia, a fronteira amazônica é permeada por grãos de presença lusitana, ao longo do enorme espaço de floresta úmida, em que esses grãos serviriam para manter o controle e zona de influência dos portugueses através do Vale Amazônico, exercendo influência em locais chave, pontos estratégicos como feitorias e fortificações.

A constante necessidade de intervenções militares e a presença de postos militares no sertão amazônico com intuito de proteger a sua fronteira externa – contra outros europeus – e a sua fronteira interna – contra grupos indígenas hostis – pode ser explicada, entre outros fatores, pelo viés econômico. Desde os autores clássicos que trataram a respeito da história da Amazônia até os dias atuais, sempre se levantou a questão da importância do comércio das drogas do sertão para a formação da sociedade amazônica, que diferente do modelo litorâneo do Estado do Brasil, se fincou nos moldes da plantation e teve a sua economia voltada, em grande medida, para atividades extrativistas com o intuito de exportação, confirmado por Chambouleyron (2010). Desta feita, uma importante parcela da sociedade amazônica estava ligada ao sertão e aos lucros que ele engendrava, fosse na forma da coleta de produtos ou no tráfico de indígenas. Falemos agora um pouco mais a respeito desse primeiro aspecto, relacionado com a coleta das drogas.

De acordo com Pompeu (2019, pp. 339-358), existe uma tradição historiográfica que assenta a coleta das drogas do sertão como sendo dominada pela Companhia de Jesus em um primeiro momento da colonização, utilizando o argumento de que o controle exercido sob a mão de obra indígena foi preponderante para essa dominação. Enquanto isso, em um segundo momento, essa dominação da coleta das drogas recairia sobre a Companhia de Comércio do Grão-Pará, criada pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII.

Apesar da inegável influência da Companhia de Jesus na história colonial da Amazônia ou mesmo da influência de Sebastião José de Carvalho e Melo no mundo português, tendemos a acreditar que é uma visão simplista reduzir um controle da coleta das drogas do sertão tanto aos jesuítas, quanto à companhia monopolista de Pombal. Desta feita, para tentarmos abrir o olhar para a pluralidade de sujeitos presentes nesse sertão, vamos buscar olhar para os moradores do Grão Pará, chamados nas fontes coevas de “particulares”, que sozinhos ou se associando em grupos de comerciantes, singravam com suas canoas os sertões da Amazônia em busca dos produtos regionais que pudessem ser exportados pelo Atlântico.

O regime de saídas das cidades em direção ao sertão, com a finalidade de coleta de drogas, acontecia entre os meses de outubro até fevereiro, tendo o seu ápice durante os meses de novembro e dezembro, sendo novembro o grande campeão em partidas de canoas (*Arquivo Público do Estado do Pará*, Secretaria da capitania, Códice 032, não numerado). As viagens ao sertão poderiam durar até um ano, dependendo da parte do sertão em que os moradores desejavam fazer a sua coleta. Em um exemplo datado de 1742, os oficiais da Câmara de Belém escrevem ao rei D. João V reclamando dos prejuízos que os moradores daquela cidade padeciam pela proibição de irem coletar cacau nos sertões do Cabo do Norte. Segundo os camaristas

(AHU, Avulsos do Pará, Cx. 25, doc. 2331), a coleta de drogas do sertão é o único remédio que os moradores daquele Estado têm para enfrentar a miséria, sendo mais preciso ainda, que os sertões do Cabo do Norte garantem uma quantidade abundante de cacau e a uma pequena distância de Belém, diferente do sertão do Rio Solimões, que igualmente rende boa quantidade de cacau, mas que leva, pelo menos, seis meses de viagem.

Essas viagens eram empreendidas em grandes canoas que pudessem suportar a tonelagem dos itens que seriam colhidos no sertão, além de contar com, ao menos, vinte índios remeiros, que ao chegarem no sertão deveriam perscrutar as regiões em busca dos produtos. Além dos remeiros, havia um cabo da canoa que era o chefe da expedição e, segundo Heather Roller (2013, p. 204), era a figura que ficava esperando junto ao arraial improvisado que servia de base de operações ao retorno dos indígenas com os produtos. A partir da análise da documentação referente à saída das canoas para coleta no sertão, podemos averiguar 1.690 canoas para o sertão, entre os anos de 1738 a 1767. Desse montante, 1.068 canoas tinham como Cabos os seus próprios donos, que viajaram comandando as expedições de coleta, o que representa mais de 63% do total de canoas analisadas (APEP, Secretaria da capitania, Códice 032, não numerado). Sobre esses números, como lembra Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2003, pp. 43-55), precisamos entendê-los como sendo o mínimo de registros possíveis, devido ao fato da perda da documentação ao longo dos anos e, também, pela possibilidade de canoas ilegais que iriam ao sertão por baixo das vistas das autoridades.

A alta porcentagem de 63% de proprietários de canoas embarcando diretamente ao sertão pode nos trazer algumas questões. São homens que além da alcunha de “sertanejo” – ou seja, de homens práticos do sertão – também se viam como “homens de negócios”, alcunha que, segundo Jucá de Sampaio (2003, pp. 140-148), é bem mais usual ao mundo lusitano do século XVIII para identificar comerciantes de um extrato elevado da sociedade. Com base em Neves Neto (2013, p. 81), essa informação coaduna com o fato de que para um morador adquirir uma canoa no século XVIII, ele deveria investir, no mínimo, 500 mil réis na aquisição deste bem. Além do investimento na compra da canoa. Segundo Ferreira (2016, p. 63), o sertanejo ainda deveria pagar os salários de 20 a 25 índios remeiros e de um piloto jacumaúba, que era o verdadeiro prático dos rios. Ou seja, com as informações listadas podemos imaginar indivíduos de posses, seja representando as suas próprias posses ou associado a outros homens de negócios.

Toda essa situação nos leva a um pensamento interessante. Toda essa gama de homens de negócios e pessoas influentes no Estado do Grão Pará passavam mais da metade do ano vivendo nos sertões, as suas práticas naturais, o seu dia a dia, os seus hábitos, tudo isso era regulado pelo viver no sertão e pelo retirar do sertão o seu sustento, como Chambouleyron

(2013) já apresentava anos atrás a respeito da ideia de Práticas do Sertão. Essa é a essência do termo sertanejo que existe na documentação e o que torna o sentido de sertão tão multifacetado, pois o sertão não é apenas um espaço em si, mas sim um espaço que, de acordo com a interação social do seu meio, pode desenvolver inúmeras características, como a fonte de sustento dessa população ligada à economia extrativa que, claramente, é a maioria da população da Amazônia portuguesa.

Além disso, a coleta de drogas também influenciava o regime dos navios que saíam do porto de Belém em comboio, ou seja, a vida no sertão estava conectada ao mundo mercantil europeu. Em um exemplo dessa situação, temos a ata da Junta Extraordinária do Grão Pará, em que tinham assento o governador, bispo, ouvidor, prelados de ordens missionárias, provedor e demais altos funcionários da administração portuguesa. A dita se reuniu no dia 04 de julho de 1755 para deliberar sobre uma petição dos homens de negócio do Estado – novamente a presença deles.

Segundo consta na documentação (*APEP*, Secretaria da Capitania, Códice 046, Ata da Junta Extraordinária nº 18, 04/07/1755), os homens de negócio afirmavam que apesar dos navios da frota estarem prontos para partir em direção ao reino, as canoas que haviam sido enviadas ao sertão para a coleta anual ainda não haviam retornado com os seus produtos – lembrando que elas saíram em novembro do ano anterior e não voltaram em julho do seguinte – desse modo, causaria enorme prejuízo aos homens de negócio daquele Estado que os navios partissem sem os seus carregamentos, assim como, causaria prejuízos à Fazenda Real que deixaria de cobrar os seus direitos e, também, causaria prejuízo aos comerciantes do reino, aos quais esses negociantes eram associados, causando um problema em cascata.

A princípio, a Junta não tinha a intenção de permitir o atraso na partida dos navios, pois segundo o grupo, a data do retorno das embarcações era delimitada por decisão real, no entanto, após temporizar, a Junta decidiu que a monção deveria partir na primeira lua nova de agosto, no mês seguinte, na esperança de que as canoas já tivessem retornado.

Desse modo, podemos depreender que mesmo pensando na ordem real que delimitava a partida dos navios, os membros do governo do Grão Pará tiveram que ceder em sua posição devido à importância da matéria. A economia que o sertão amazônico engendrava exigia uma maior mobilidade dos prazos, que nesse caso específico, estava determinado pela corte em Lisboa e, talvez, poderia não ter o conhecimento necessário dos regimes de cheia dos rios, das temporadas de coleta e outros fatores que poderiam atrasar o retorno das canoas, que parecia ser um problema geral. As possibilidades do sertão – mesmo que não fossem necessariamente monetárias, já que estavam assentadas em redes de troca, em coleta de itens – acabavam

influenciando o mercado dessas especiarias que em muitos dos casos eram reexportadas para fora de Portugal. O sertão, então, poderia acarretar um grande prejuízo aos comerciantes reinóis, tão distantes da floresta.

Práticos dos sertões: alguns casos exemplares

Considerando a ideia do sertão não apenas como um lugar em si, mas como a interação e/ou modo de vida, destacada no início deste texto, é importante pontuar que o impulso do comércio dos produtos da floresta viabilizado pelas entradas dos “particulares” pelos sertões amazônicos, desenhava também os caminhos da militarização. As tropas que coletavam eram também as que empurravam adiante uma nova fronteira a conquistar e apontavam a direção dos pontos mais estratégicos para defesa. Assim, a interação dessas gentes nesses espaços formava o sentido do sertão, ao passo que este elaborava nesses indivíduos uma nova conduta reconhecida pelos seus contemporâneos como “práticos dos sertões” ou “sertanejos”.

A patente militar de cabo dado aos donos das canoas indica o caráter militar da jornada. Por outro lado, os homens das armas, militares por excelência, também não iam aos sertões desinteressados. Exemplar nesse sentido é José Velho de Azevedo, que em seus papéis de serviço constam vários postos militares, ele foi o engenheiro responsável por inúmeras diligências nos sertões. Em 1722 constava (*ANTT*, Chancelaria Régia- livro: 60; pág. 64) possuir terras, plantações de cacau, currais de gado. Há uma carta, em 1739, do ouvidor José Borges Valério em que expunha os problemas havidos no inventário e partilha de bens do falecido militar, referia-se aos “Engenhos e servos, casas de vivenda, móveis” (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, doc. 2069), além de 25.168\$318 em dinheiro.

Comerciantes militares ou militares comerciantes, esses indivíduos dominavam os códigos da vida nos sertões e isso era algo central no mundo colonial amazônico. A prática do sertão os colocava em evidência e, sem dúvida, ampliava as possibilidades de favorecimento pessoal. Diogo Pinto da Gaia, por exemplo, atuou em diversas diligências no sertão, na guerra contra os índios do Rio Madeira, no “descobrimento do rio Araguaia”, no “descobrimento do rio dos Tocantins”, na “guerra do gentio Solimões” (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 14, doc. 1337). Espaços para os quais a presença administrativa lusa era mais ausente.

Pinto da Gaia era filho de Manoel Luís de Matos e de Margarida de Siqueira, natural do Pará. Consta nas certidões apresentadas em 1732, haver servido à Coroa por um período de 40 anos, 6 meses e 24 dias, tendo sido recrutado aos 15 anos de idade. Nesse longo período, passou de soldado, alferes, ajudante a capitão de infantaria, posto que exercitou por 19 anos. Com a vasta experiência militar tornou-se peça chave da guerra no sertão, pois era “muito prático na

variedade das línguas” falada pelos indígenas e em estabelecer alianças com “muitos gentios para o serviço das capitanias” (*AHU*, Avulsos do Pará. Cx.4, doc. 352).

Essa experiência e a condição estratégica de “prático” nas línguas e nas guerras do sertão, certamente foi o que o manteve no posto de capitão de companhia de infantaria por longo período. De acordo com Viana (2019), nos mapas e listas das companhias pagas do Pará ocupa esse posto nos anos de 1726, 1728, 1730 e 1732. Pelas atividades desempenhadas pelos sertões, o capitão Pinto da Gaia possuía terras no rio Acará, onde tinha plantação de cacau (*ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.118).

Podemos citar como último exemplo de homem prático do sertão José Miguel Aires. Em uma missiva de 1752 a Sebastião José de Carvalho e Melo, o seu irmão e governador, Francisco Xavier de Mendonça Furtado tece comentários sobre as pessoas que havia encontrado na administração do Grão Pará. Segundo Mendonça (2005, p. 265), ao tratar sobre José Miguel Aires, relata que o homem prático do sertão já havia sido capitão-mor do Pará e esteve à frente de inúmeros postos militares no Estado, mas que mesmo assim era um sujeito que não entendia nada de assuntos militares. Pois então, se Aires não tinha o menor traquejo de homem militar, o que poderia levar este homem a essa vida no sertão? Em um primeiro aspecto, temos que ter em mente que José Miguel Aires não é um cidadão sem cabedal. O mesmo Mendonça Furtado, em carta para Diogo de Mendonça Corte Real, em 1752, afirma que o anil é um dos principais gêneros cultivados no Pará e entre os responsáveis por este gênero temos, novamente, a figura de José Miguel Aires.

Em um segundo aspecto, precisamos entender a qual manejo militar Mendonça Furtado se refere ao escrever. Segundo Christiane Pagano de Mello (2016, pp. 66-70), o contexto do período pombalino traz uma inflexão a respeito dos corpos militares em Portugal, passando por um processo de militarização que tinha a intenção de substituir uma “estrutura granular” de defesa, onde os militares eram organizados conforme as necessidades locais e apenas nos períodos em que eram necessários, causando indisciplinas e falta de comando, por uma “estrutura contínua” de uma força militar profissional. Desse modo, podemos entender que Aires se insere na “estrutura granular”, o que poderia explicar o espanto do governador ao tratar do seu traquejo militar.

Em 1756, o mesmo José Miguel Aires é apontado pelo governador interino do Pará, D. frei Miguel de Bulhões, como o arrematador dos dízimos das madeiras pelo tempo de três anos em uma sociedade com Alexandre Lopes, sendo que esse contrato estava sendo renovado a Aires, no que o governador entendia como um negócio bastante rentável, pois desde que Aires o arrematou já havia construído três casas de morada na cidade (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4,

doc. 3804). Em outro momento, em 1761, José Miguel Aires surge como sendo um dos nomeados para formar a junta da administração das fazendas jesuíticas, da qual ele receberia parte das terras (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 51, doc. 4631). Por fim, temos duas petições dos filhos de José Miguel Aires, uma de 1758, de Pedro José Miguel Aires, e outra de 1765, de Antônio José Aires Pereira.

Na petição de 1758, o filho de Aires pede a dispensa dos interstícios militares para poder ser provido em cargos mais altos, no que o Conselho Ultramarino pede a opinião do governador do Grão Pará, que indica ser apropriada a promoção do jovem, pois o rapaz é filho de uma das principais figuras da terra (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 43, doc. 3937). Na petição de 1765 (*AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, doc. 5232), o filho de Aires solicita a baixa no seu posto de soldado – pela terceira vez – indicando que o seu pai estava velho e precisava do filho para tomar conta de suas fazendas e engenhos, no que é atendido pelo Conselho. Temos, então, uma figura que é considerada como uma das principais da terra, que galgou postos militares mesmo tendo pouco conhecimento bélico e que aparece como dono de fazendas e engenhos, a questão é de onde teria surgido José Miguel Aires?

Talvez a resposta possa vir dos primeiros documentos em que encontramos o nome do sertanejo. Durante o ano de 1738, José Miguel Aires arma quatro canoas com destino a coleta de drogas do sertão em parceria com o seu irmão André Miguel Aires. Importante ressaltar que José Miguel vai pessoalmente como cabo das canoas. Nos anos de 1739, 1741, 1743, 1745, 1747, 1749 e 1762 Aires envia uma canoa, em 1742 envia três, em 1744, 1746 e 1757, envia duas (*APEP*, Códice 032, não numerado).

Estamos, portanto, diante de um homem que, possivelmente, construiu grande parte da sua vida através do sertão e da coleta das drogas nesse sertão, vivendo a sua vida sob as práticas do sertão e, gradativamente, reinvestindo o que conseguia em outras atividades como fazendas e engenhos, que só são citadas no decorrer dos anos de 1750 e 1760. Mesmo que a prática de ir pessoalmente ao sertão coletar drogas demonstre que essa era uma atividade muito importante por José Miguel Aires – que legitimamente podemos classificar como um típico sertanejo amazônico – estava envolvido em outras atividades como fazendas e engenhos e teve a sua vida conectada ao sertão e às práticas sertanejas, sendo essa uma possível explicação para ter galgado as posições mesmo com o pouco profissionalismo militar, como denunciado por Mendonça Furtado, se não, o seu grande conhecimento a respeito do sertão amazônico.

É importante destacar, ainda, que a observação de Mendonça Furtado insere-se em um contexto de grandes mudanças que buscavam profissionalizar e disciplinar os militares a partir de um processo, como destacou Francis Albert Cotta (2012, p. 50), de potencialização da ideia

de um espírito militar, sobretudo, a partir de 1760 no reino e nas conquistas. Além do movimento de disciplinarização do militar, verifica-se o discurso sobre a qualidade dos sujeitos que integram as companhias e postos mais elevados na hierarquia militar. Inclui também, como destacou Fernando Dores Costa (2004, p.27), o aprimoramento das instituições como a criação do Governo das Armas.

Todavia, essa postura direcionada ao profissionalismo das forças militares protagonizadas pelas ações de Conde de Lippe e, sobretudo, definidas de uma série de regulamentos no reino a partir da década de 1760, estavam longe de definir os homens dos sertões na Amazônia colonial, como bem observou Mendonça Furtado. O que nos parece é que a experiência da vida no sertão formatou um perfil diferenciado de conhecimento de guerra, configurado a partir da interação com os grupos indígenas e o conhecimento dos caminhos da floresta. Essa prática possibilitou não apenas o avanço da fronteira colonial, mas também para esses indivíduos mercês vinculadas a postos militares, posse de terras e inserção nas redes de comércio.

Longe das fortificações e povoados coloniais, o sertão era um lugar para atuação desses homens práticos. Entretanto, não era um espaço isolado, ao contrário, estava conectado pelos indivíduos e pelas práticas de defesa e comércio aos povoados coloniais e ao mundo atlântico.

Considerações Finais

Voltando à perspectiva de Russel Wood, na qual o sertão no mundo português era sempre o espaço a ser integrado, conquistado e domado, convém indagar-nos: qual o sentido deste termo hoje? Chambouleyron (2013) já destacou que não se restringe ao termo *sertão* usualmente aplicado ao semiárido nordestino. Ao logo deste texto, também se verifica que o sertão está ligado às interações de práticas especificamente construídas pelo domínio da vida na floresta.

Podemos ver claramente essa integração das práticas do sertão que moldaram a vida dos sujeitos, que moldaram a defesa do território e muitas das práticas econômicas vivenciadas na realidade amazônica. O sertão, enfim, não é um lugar estático, podemos sentir a sua multiplicidade e podemos ver como as relações sociais tornam o sertão o que ele foi e o que ele é. A vida desses sujeitos foi permeada pela lide do sertão, seja travando batalhas contra inimigos europeus para garantir a presença lusitana, seja na interação com os incontáveis grupos indígenas da região. Isto é, tentando frutificar práticas econômicas, com o claro objetivo de enriquecimento. O sertão só pode ser lido e visto sob a ótica das pessoas que fizeram dele a sua vida.

A palavra sertão, para a realidade amazônica hoje, parece ter caído em desuso, limitado às páginas da documentação histórica colonial. Por outro lado, esse aparente desaparecimento não significou o esvaziamento do seu sentido. Verifica-se, hoje, a permanência do sentido colonial de sertão como um lugar a ser explorado em políticas que enxergam o espaço amazônico como uma imensa floresta vazia a ser ocupada. É esse mesmo sentido que está presente no discurso contrário à manutenção e demarcação de terras indígenas.

Como lembra Ailton Krenak (2005), sobre a permanência da herança colonial, em suas palavras, “os cacoetes coloniais que a gente continua repetindo, como uma criança repete o gesto da mãe ou do pai” (KRENAK, 2005, p.332). O avanço da fronteira do capitalismo neoliberal sobre a floresta enquadrada como fonte de recursos comercializáveis e atropela populações tradicionais, como alerta Alfredo Berno de Almeida (2012, pp. 63-71) ao tratar da flexibilização dos direitos de comunidades tradicionais ao acesso à terra na Amazônia.

A expansão do agronegócio, da mineração, do desmatamento, dentre outras práticas cada vez mais intensa na região nos impõe indagarmos se hoje a Amazônia ainda carrega o sentido colonial do sertão. Ao que parece é preciso desvencilhar-se do bandeirantismo leste-oeste e encontrar caminhos para um sentido de “dentro”, construído pelos povos que ocupam e resistem há séculos nesses imensos territórios.

Referências

“Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, MSLIV/0030, pp. 38v-39.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a ‘proteção’ e o ‘protecionismo’*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, 2012. pp. 63-71.

Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP), Tomo IV (1905).

ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik Luiz Andrade de. ‘Informação do Estado do Maranhão’: uma relação sobre a Amazônia portuguesa no fim do século XVII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. a. 175, n. 463, abr/jun. 2014. pp. 349-380.

Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Maranhão: Caixa 25, D.2605.

Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Pará: Caixas 3, 4, 5, 9, 10, 11, 14, 15, 20, 22, 24, 25, 43, 51 e 58.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia- livro:60; pág. 64

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.118

Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo Secretária da Capitania, Códices: 032 e 046.

BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: EdUFPA, 1973.

BEBIANO, Rui. A guerra: o seu imaginário e sua deontologia. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores, 2003.

BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI e XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

BONILLO, Pablo Ibáñez. *Desmontando a Amaro: una relectura de la rebelión tupinambá (1617-1621)*. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez. 2015. pp. 465-490.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (Século XVII). *Outros tempos*, vol. 10, n. 15, 2013. pp. 79-99.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açai, 2010.

COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

COTTA, Francis Albert. A fabricação do soldado português no século XVIII. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. vol. I e II. Belém: EdUFPA, 1973.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial (1733-1777)*. 2016. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI, n. 1, 2011. pp. 178-202.

KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, jul./dez. 2015. pp. 327- 343.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar: O centro-sul e o norte da América portuguesa (Segunda metade do século XVIII). *Revista de História Comparada*, vol. 10, 2016. pp. 58-82.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: Correspondências do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1º Tomo. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

MOREIRA, Eidorfe. *Sertão, a palavra e a imagem*. Belém: [s.n.], 1959.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão Pará (1650-1750)*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

NORDMAN, Daniel. *Frontières de France: De l'espace au territoire (siècle XVI-XIX)*. Paris: Gallimard, 1998.

POMPEU, André. *Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. 2016. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

POMPEU, André. Novos olhares sobre as práticas do sertão na Amazônia colonial (Século XVIII). In: SANTOS, Fabiano Vilaça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva. (org.). *Impérios ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. pp. 339-358.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no período colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro: n. 344, jul /set. 1984.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico (1750-1800). *Revista de História*, n. 168, jan/jun. 2013. pp. 201-243.

RUSSEL-WOOD, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. pp. 41-82.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. 2019. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém/Pará, 2019.

VIANNA, Arthur. As fortificações na Amazônia I- As fortificações no Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP)*, Tomo IV (1905). pp. 227-302.

Artigo recebido em 15 de janeiro de 2020
Aceito para publicação em 26 de maio de 2020